

Para  
Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social Assembleia da República

Exmos Senhores

Somos a remeter em anexo Apreciação Pública sobre: Projecto de Lei nº 804/XIII - Reforça o apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência (PCP); Somos com os melhores cumprimentos

A Direcção

Sindicato Trabalhadores Em Funções Públicas e Sociais do Centro

## APRECIÇÃO PÚBLICA

(a) **PROJECTO DE LEI Nº 804/XIII – Reforça o apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência (PCP)**  
(Separata nº 92, DAR, de 22 de maio de 2018)

(b) **Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro**

Sede: **Av. Fernão de Magalhães, 642-R/Ch, Apartado 455, 3001-906 Coimbra**

Trabalhadores representados pela organização que se pronuncia: **Trabalhadores que exercem a sua atividade profissional na Administração Pública, IPSS, Misericórdias e Mutualidades**

(c) Forma de consulta adotada **Reunião de Direção**

(d) Contributo:

Subscrevemos, na íntegra a apreciação da CGTP-IN.

Coimbra, 13 de Junho de 2018

(e)



- (a) Identificação do projeto de diploma: projecto de lei nº..., projecto de decreto-lei nº..., projecto ou proposta de decreto regional nº..., seguido da indicação da respectiva matéria, como for anunciada.
- (b) Comissão de trabalhadores ou comissão coordenadora, associação sindical.
- (c) Assembleia-geral de associados, reunião geral de delegados sindicais ou de comissões sindicais, reunião de direcção, de comissão de trabalhadores ou de comissão coordenadora, plenário de trabalhadores etc.
- (d) Se necessário, utilizar folhas anexas do formato A4, devidamente numeradas e rubricadas.
- (e) Assinatura de quem legalmente representa a organização de trabalhadores que se pronuncia ou de todos os seus membros.

(Formato A4 – 210 mm x 297 mm)

**Projecto de Lei nº 804/XIII**  
**Reforça o apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência**  
**(PCP)**

**(Separata nº 92, DAR, de 22 de maio de 2018)**

**APRECIÇÃO DA CGTP-IN**

Este projeto visa estabelecer medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência.

A CGTP-IN identifica-se com o propósito do diploma de estabelecer estas medidas de apoio sem desresponsabilizar o Estado, o que exige, numa primeira linha, o reforço da rede formal. O país enfrenta problemas relacionados com o envelhecimento da população - na medida em que surge associado à dependência, ainda que esta seja transversal a todos os grupos de idade – e com uma elevada incidência de doenças crónicas e de incapacidades.

Não obstante, as respostas públicas ou não têm um desenvolvimento adequado ou têm sido enfraquecidas, dentro de uma lógica de privatização de respostas sociais transferindo-as para os indivíduos e a família. O peso dos estabelecimentos de acção social do Estado (os chamados estabelecimentos integrados) é hoje residual: em 2009 era de apenas 5,8% da despesa; em 2016, de 1,9%. A acção social é hoje exercida quase só por via de IPSS, tendo a despesa com os protocolos na despesa total passado de 71,9% em 2009 para 80% em 2016.

Por sua vez, a Rede de Serviços e de Equipamentos Sociais (Rede) é insuficiente. A Carta Social, um instrumento importante de recenseamento e de análise destes serviços e equipamentos e das respostas por população-alvo, mostra insuficiências e fragilidades. Em termos globais, e tendo como referência a publicação relativa a 2016, revela o reforço do sector lucrativo, particularmente acentuado na Área Metropolitana de Lisboa (onde os equipamentos das entidades lucrativas pesam mais do dobro das não-lucrativas). Em termos das pessoas-idosas, mostra défices de cobertura das respostas sociais totais (lucrativas e não-lucrativas) mais acentuadas na Área Metropolitana de Lisboa, na Área Metropolitana do Porto e na região algarvia. Todavia, a Carta Social não discrimina a informação da taxa de cobertura segundo a natureza jurídica (lucrativa e não-lucrativa), nem revela dados sobre os preços cobrados nas entidades lucrativas e não lucrativas.

A situação actual tem consequências pesadas nos elevados encargos financeiros sobre os indivíduos e as famílias. Tem também consequências ao nível da prestação de cuidados informais que tendem a recair, em muitas situações, sobre o cônjuge sobrevivente, os familiares e os vizinhos, sendo, em geral, as mulheres mais envolvidas.

Não se nega a realidade dos cuidadores informais – só que não se pode aceitar a desresponsabilização do Estado. Nem negar limites objectivos relacionados com a natureza incapacitadora das dependências e da sua evolução, os quais exigem um nível de preparação que a prestação de cuidados informais não assegura.

O Projecto de Lei nº 804/XIII (PCP) não vai nesta linha, na medida em que propõe que o Governo desenvolva uma rede de apoio aos cuidadores informais com base nos serviços públicos, mas traça as respetivas características em linhas muito gerais e não definidas.

Em segundo lugar atribui aos cuidadores informais direito a formação e capacitação e a apoio psicossocial, mas mais uma vez de modo muito genérico e pouco definido.

Reconhece ainda a todas as pessoas em situação de dependência o direito a apoio domiciliário, mesmo quando há um cuidador informal.

No entender da CGTP-IN, este é o aspeto mais bem definido do Projeto e também o mais positivo, na medida em que acentua a ideia da complementaridade dos cuidados informais, característica que devia ser expressamente afirmada.

Por outro lado, entendemos que o Projeto devia também afirmar de modo mais claro a responsabilidade do Estado na área dos cuidados às pessoas com dependência e a obrigação deste investir no desenvolvimento da rede pública de cuidados formais para dar resposta às necessidades das pessoas dependentes e respetivas famílias.

Neste sentido, o Projecto de Lei deveria prever o estabelecimento de um Programa de Desenvolvimento de Serviços e Equipamentos Sociais, financiado pelo Orçamento de Estado, e integrados na rede pública. Este Programa deverá ser apoiado na reformulação da Carta Social, com o objectivo de conhecer de modo aprofundado a situação presente.

Finalmente, a CGTP-IN entende que o projeto devia ocupar-se diretamente das necessárias alterações ao Código do Trabalho – a fim de atribuir o direito a faltas, dispensas e licenças aos trabalhadores com responsabilidades familiares para com os seus ascendentes, quer sejam ou não cuidadores informais, a tempo inteiro ou a tempo parcial, bem das alterações aos regimes do subsídio por assistência de terceira pessoa e do complemento por dependência.

Estas alterações deveriam ter em vista não apenas o aumento dos valores destas prestações de modo a serem compatíveis com as necessidades dos respetivos beneficiários, mas também uma reformulação que nomeadamente preveja a diferenciação das prestações tendo em conta o grau de dependência. Deveria ser prevista a articulação entre o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social para a atribuição do grau de dependência, sem prejuízo da avaliação da dependência dever ser feita por um profissional de saúde.

**Em conclusão:** A CGTP-IN concorda com a perspetiva deste Projeto de Lei, que evita a formalização do estatuto do cuidador informal e reforça o seu papel de complementaridade relativamente aos serviços formais nos cuidados às pessoas com dependência, mas considera que este deveria debruçar-se mais sobre o papel e a responsabilidade do Estado pelos cuidados a prestar.

11 de Junho de 2018